



REPERCUSSÕES TERRITORIAIS DAS FEIRAS DE PRODUTOS COLONIAIS E AGROECOLÓGICOS DE CHAPECÓ/SC: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAN E O AUTOCONSUMO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

**Luciana Pozzebom
Rosiéle Cristiane Ludtke
Anelise Graciele Rambo
Marcio Gazolla**

Resumo

Este trabalho analisa em que medida as feiras coloniais e agroecológicas do município de Chapecó-SC permitem a produção para o autoconsumo das famílias de agricultores e, conseqüentemente, sua contribuição nos aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional. O estudo justifica-se pelas contribuições que pode dar às discussões sobre as ações e políticas de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento rural. Trata-se de estudo transversal, descritivo com abordagem qualitativa, valendo-se ainda de métodos quantitativos para expressar parte dos resultados. O estudo foi conduzido com sete agricultores que comercializam em três feiras no município de Chapecó. A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015, por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de dados, com estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a prática de autoconsumo é recorrente entre os agricultores feirantes. Assim, conclui-se que as famílias dos agricultores estão dentro dos parâmetros da segurança alimentar e nutricional, pela prática de autoconsumo, uma vez que têm acesso facilitado a alimentos de qualidade, diversificados e em quantidade suficiente para a família. Ao mesmo tempo, as feiras mostraram-se uma importante estratégia de geração de renda.

Palavras-chave: Autoconsumo. Segurança alimentar e nutricional. Feira de produtos coloniais e agroecológicos.



1. Introdução

As atividades agrícolas sempre foram uma forma de assegurar a sobrevivência da espécie humana pela garantia da oferta de alimentos. Ao longo dos anos, as técnicas de produção foram se modificando, visando aumentar a produtividade. A agricultura voltada para a subsistência passou a dar espaço à produção de *commodities* agrícolas destinadas aos mercados alimentares. Estes mercados passaram a exigir produtos cada vez mais padronizados e produzidos em larga escala. Para atender essa demanda, os agricultores lançam mão de insumos agrícolas, sementes híbridas e/ou transgênicas, máquinas agrícolas e monoculturas, que requerem grandes áreas de terras e altas aplicações financeiras.

Embora tais transformações tenham ocorrido, práticas como a do autoconsumo e da comercialização direta se mantêm até hoje, principalmente no âmbito da agricultura familiar. Estas representam estratégias importantes de geração de renda e de segurança alimentar e nutricional para os agricultores e também para os consumidores das feiras.

Diante das crises da agricultura e do “moderno” sistema agroalimentar, a venda direta aos consumidores vem-se tornando uma estratégia viável de manutenção da família no campo, pela garantia de rentabilidade e entrada semanal de dinheiro. Gazolla (2004) aponta que os agricultores comercializam, principalmente, produtos provenientes das hortas, como verduras e legumes, bem como frutas e produtos transformados pela agroindústria familiar. No município de Chapecó, no qual se desenvolveu este estudo, as feiras de produtos coloniais e agroecológicos tiveram início em 1997, justamente após uma crise no setor pecuário, principal atividade agropecuária da época¹. As feiras foram incentivadas por uma parceria entre o Departamento Municipal de Agricultura e Abastecimento, entidades de pequenos produtores rurais e associações comunitárias, com o objetivo de valorizar a agricultura familiar, como meio de promover o desenvolvimento nas áreas rurais do município, além de possibilitar à população, acesso a produtos seguros e mais baratos (MARTINEZ, 2003).

¹ A crise na pecuária, nas décadas de 1980 e 1990, ocorreu pela pressão dos grandes frigoríficos no desenvolvimento do denominado sistema de integração, no qual a produção de aves e suínos seria destinada exclusivamente a uma determinada empresa. Este processo foi responsável por um quadro de descapitalização de grande parcela das unidades familiares, causada pelo endividamento das famílias para financiar a produção. Além disso, o esgotamento dos recursos naturais, a queda do preço das *commodities* produzidas na região e a escassez de terras aptas para cultivos anuais agravaram a situação (MARQUES; MELLO, 2009).

Além da comercialização, os alimentos da agricultura familiar atendem as necessidades da própria família, por meio do autoconsumo. O autoconsumo é uma estratégia presente na grande maioria das unidades familiares e cumpre papel importante na agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Gazolla (2004) afirma que a produção para o autoconsumo permite acesso facilitado a alimentos diversificados e nutritivos, respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como instrumento de preservação da cultura agroalimentar, em consonância com as condições socioambientais e da história local. Ao produzir alimentos e consumi-los, o agricultor aumenta a possibilidade de obter quantidades suficientes para o consumo e, conseqüentemente, diminui a chance de restrições alimentares e/ou fome.

Anjos, Caldas e Hirai (2009) argumentam que compreender os aspectos de autoconsumo e as práticas alimentares é fundamental para discutir a segurança alimentar e nutricional em suas dimensões relacionadas ao acesso regular e constante a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer as outras necessidades básicas, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde.

Assim, este trabalho propõe analisar em que medida as feiras coloniais e agroecológicas de Chapecó-SC viabilizam a produção para o autoconsumo das famílias de agricultores familiares e se contribuem para a segurança alimentar e nutricional (SAN). Para tal, pretende identificar os produtos de autoconsumo e/ou de comercialização; estimar economicamente o consumo alimentar da família; compreender como o autoconsumo influencia a segurança alimentar e nutricional no que se refere às dimensões relacionadas ao acesso, qualidade e quantidade dos alimentos; e levantar os fatores determinantes da produção de alimentos para autoconsumo e/ou comercialização.

Assim sendo, este trabalho está estruturado em nove partes, além desta introdução. A segunda parte trata da metodologia. Na sequência serão abordados os conceitos e aspectos históricos importantes à temática como SAN e autoconsumo. Em seguida, será apresentado brevemente o modo como surgiram as feiras de produtos coloniais e agroecológicos em âmbito nacional e em Chapecó/SC. Nas demais seções são trabalhados os principais resultados obtidos, relacionando-os com outros estudos e autores. Por fim, constam as considerações finais acerca do estudo e as referências.

2. Metodologia

Este trabalho é um estudo descritivo transversal, em que as variáveis fator e efeito são observadas no mesmo momento histórico, ou seja, trata da realidade naquele momento



pesquisado, com abordagem qualitativa, a qual se vale de métodos quantitativos para expressar parte dos resultados. O estudo foi desenvolvido no município de Chapecó – SC. A população do estudo compreende cerca de 120 famílias agricultoras que comercializam produtos coloniais e agroecológicos nas feiras. A amostra foi composta por sete famílias feirantes.

A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015 e o período considerado para avaliar a produção e o autoconsumo foi de dezembro de 2013 a dezembro de 2014. Os entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória conforme a disponibilidade do agricultor.

O roteiro de questões aplicado é composto por 32 perguntas, sendo 12 fechadas, com alternativas de múltipla escolha, e 20 abertas. O roteiro é alicerçado na metodologia e no próprio questionário desenvolvido na pesquisa “Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluralidade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul” (Pesquisa AFDLP-UFRGS/UFPel/CNPq-2003) e “Desenvolvimento territorial e segurança alimentar” (Pesquisa DTRSA-UFRGS/UFPel/CNPq-2003). No entanto, o questionário passou por adaptações, visando a atender aos objetivos desta pesquisa.

As informações foram armazenadas em um banco eletrônico de dados do programa Microsoft Excel®. As variáveis com abordagem quantitativa foram analisadas por meio de estatística descritiva². A metodologia de cálculo de autoconsumo utilizado neste estudo é descrita nas pesquisas supracitadas, sendo utilizada por autores como Gazolla (2004), Anjos, Caldas, Grisa, Niederle e Schneider (ANJOS et al 2004).

Os valores de autoconsumo, com base na pesquisa AFDLP (2003), passaram por adaptação, visando a contemplar os objetivos deste estudo. Destaca-se que os alimentos de origem animal foram calculados da mesma forma. Assim, a equação utilizada neste estudo ficou definida da seguinte forma:

<p>$PBA\ vegetal\ (R\\$) = (QPAV \times PPAV)$ em que: <i>PBA</i> é o produto bruto de autoconsumo; <i>QPAV</i>, a Quantidade de Produtos para Autoconsumo Vegetal; e <i>PPAV</i> é o Preço dos Produtos de Autoconsumo Vegetal.</p>

² A análise de estatística descritiva é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, utilizada para organizar, resumir e descrever aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos de dados (REIS; REIS, 2002). No presente estudo, foram utilizadas medidas de tendência central, média aritmética simples para expressar os valores monetários e de produção das famílias dos alimentos destinados ao autoconsumo e à comercialização.



As respostas descritivas serviram para complementar e esclarecer os dados quantitativos, sendo analisadas e contextualizadas com essas informações. Em algumas respostas, foi aplicada a metodologia da análise do conteúdo³.

Os aspectos nutricionais da estimativa do autoconsumo alimentar foram analisados pela comparação entre os resultados encontrados e as recomendações nutricionais descritas na literatura e no novo Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014). Os dados de autoconsumo foram relacionados com os aspectos de segurança alimentar e nutricional, por meio dos estudos publicados na área.

3. Discutindo as relações entre agricultura familiar, SAN, e autoconsumo

A definição brasileira de segurança alimentar e nutricional que será utilizada neste trabalho, é descrita por Maluf (2007), como

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (MALUF, 2007, p. 17).

Para promover a garantia deste direito, é fundamental o fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que são responsáveis por parte considerável da produção de alimentos, inclusive aqueles baseados em práticas orgânicas e agroecológicas. Ademais, a produção de alimentos apresenta benefícios relacionados a oportunidades de trabalho e de geração de renda entre os membros da família e a ampliação da oferta de alimentos para a sociedade (ANTUNES; MUTERLLE; CUNHA, 2011).

No Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, representando 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 80 milhões de hectares. Isso corresponde a 24% da área agrícola ocupada (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009). Hoffmann (2014) avalia a importância da agricultura familiar comparando o valor da sua produção com o total da despesa com alimentação das famílias do País. Afirma que de acordo com os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009, o total da despesa anual com alimentos, em reais, em janeiro de 2009, era 292,6 bilhões. Admitindo que não haja exportação de produto da agricultura familiar e com a inflação de 15% entre o ano do Censo Agropecuário (2006) e

³ Segundo Bardin (2008), análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (variáveis inferidas) destas mensagens.

janeiro de 2009, verifica-se que a produção da agricultura familiar corresponde a 21,4% do valor total das despesas com alimentos das famílias do País.

A agricultura familiar é responsável pela produção de diferentes gêneros alimentícios, que atendem a necessidade dos consumidores (pelos canais de abastecimentos) e da própria família por meio da prática do autoconsumo. Gazolla e Schneider (2007, p. 2) conceituam o autoconsumo como “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família, utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente, de acordo com suas necessidades”.

Gazolla (2004) afirma que essa produção permite acesso facilitado a alimentos diversificados e nutritivos, respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura agroalimentar, em consonância com as condições socioambientais e a história local.

Assim sendo, além de a agricultura familiar ser um importante ator na promoção da SAN na sociedade em geral, um aspecto positivo a ser destacado a respeito do autoconsumo é o fato de ele ser gerador de SAN também para as famílias dos agricultores. A produção diversificada de alimentos pela agricultura familiar apresenta uma qualidade nutritiva considerada superior aos alimentos industrializados, proporciona economia monetária e maior autonomia do agricultor frente ao contexto social e econômico, não havendo a necessidade de comprar alimentos, pois eles estão disponíveis na propriedade rural. O princípio do respeito aos hábitos alimentares ocorre uma vez que a família produz e consome alimentos que são de sua preferência, mantendo a bagagem cultural e histórica do território. A prática da policultura permite a multiplicidade de alimentos e, conseqüentemente, uma alimentação variada e saudável (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Todavia, a produção para autoconsumo, assim como outras práticas, dependem dos repertórios culturais de cada grupo social. O autoconsumo é definido pelos agricultores como uma “herança que vem de casa”. Percebem-se diferenças atribuídas à importância da produção entre as famílias que têm esta herança cultural daquelas que não a têm. A experiência adquirida com os pais e o fato de terem trabalhado na agricultura são elementos citados pelos agricultores como responsáveis pelo conhecimento e existência do autoconsumo, que também são influenciados pelas dinâmicas de desenvolvimento da agricultura familiar. Em municípios ou regiões onde as técnicas e os hábitos da cultura agroalimentar foram preservados, esta produção é mais acentuada (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

Por outro lado, é importante observar que o agricultor familiar não aspira somente o atendimento da sua subsistência. Fazendo parte da sociedade moderna, deseja também o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais. Assim, parte das unidades familiares intensifica o ritmo de trabalho, dá preferência aos cultivos comerciais e especializam-se em poucas culturas. A produção para o autoconsumo passa de uma condição minoritária para complementar, sobretudo após a Revolução Verde, conforme apontam Grisa e Schneider (2008).

Frente à realidade mencionada, entende-se que as feiras podem representar um mecanismo que alia tanto a produção para o mercado, quanto a produção para o autoconsumo. As feiras de produtos coloniais se tornaram uma forma para contornar a exclusão de agricultores familiares ocasionada pelos modelos da Revolução Verde, ao mesmo tempo, que possibilitam a geração de renda e o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais da sociedade moderna, por meio da venda de seus produtos de maneira direta aos consumidores. Ou seja, trata-se de um dos canais agroalimentares curtos de abastecimento, mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico e cultural.

Esses canais curtos de abastecimento ou de mercados alternativos, com base na agricultura familiar, estão em fase de construção e consolidação. Assim, além da participação nos mercados coordenados pelas agroindústrias e/ou redes de supermercados, estão surgindo novas redes de comercialização com respaldo em valores “intrínsecos” associados à agricultura familiar: alimentos orgânicos, artesanais, tradicionais e sustentáveis. Esse conjunto de características agora é valorizado pelos consumidores urbanos, que buscam alimentos saudáveis e de procedência garantida (FERRARI, 2011).

Pelo exposto, pretende-se enfatizar que existem relações complementares e sinérgicas entre a segurança alimentar e nutricional, o autoconsumo e a agricultura familiar. Na medida em que os agricultores familiares produzem parte considerável dos alimentos consumidos no Brasil, contribuindo para a SAN da população em geral, essa produção, ao se destinar também para o autoconsumo, contribui para a SAN das próprias famílias de agricultores familiares. Nessa perspectiva, defende-se que as feiras de produtos coloniais e agroecológicos assumem importante papel, por duas razões em especial: a primeira, porque promovem a SAN; a segunda, por fomentarem a aproximação entre produtor e consumidor. As chamadas cadeias curtas de abastecimento, que inclui as feiras, mostram, entre outros aspectos positivos, a disponibilização de alimentos frescos e, não raro, a preços mais

acessíveis se comparados às grandes redes de supermercados. Na seção seguinte, abordam-se algumas características das referidas feiras.

4. As feiras de produtos coloniais e agroecológicos e a SAN

No Brasil, as feiras têm início com a colonização portuguesa e a formação das cidades e vilas. As feiras eram espaços destinados à troca, venda e compra de animais, produtos artesanais e alimentos (RIBEIRO, 1995). As feiras livres desempenham papel importante na comercialização, principalmente de verduras, legumes e frutas nos centros urbanos e facilitam o acesso a bens e serviços para os agricultores que comercializam seus produtos (RIBEIRO et al., 2003).

Nas últimas décadas, as feiras de produtos coloniais no Brasil constituíram uma forma encontrada pelos agricultores familiares de amenizar os problemas associados à disponibilidade de capital de giro e a recursos para investimentos (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). Em Santa Catarina, a transformação de produtos comestíveis de origem animal ou vegetal faz parte da cultura alimentar familiar. Esta forma de produção tem servido, ao longo dos anos, à geração de trabalho e renda, seja pelo auto-provisionamento ou pela comercialização de excedentes, ou ambos os casos. Estas práticas garantem a viabilização de pequenas propriedades rurais (LOCATELLI, 2009).

O Oeste de Santa Catarina, no qual se localiza o município de Chapecó, é conhecido pela agricultura e pecuária familiar e pelo agronegócio. Nas décadas de 1970 e 1980, a região desenvolveu um sistema de integração na cadeia produtiva de suínos e mais tarde de aves, reunindo pequenos agricultores e grandes agroindústrias processadoras. Entre 1980 e 1990, a suinocultura, principal atividade agropecuária até então, passou por uma crise de produção e abastecimento de matérias-primas (MARQUES; MELLO, 2009).

A crise foi responsável por um quadro de descapitalização de grande parcela das unidades familiares. Esse cenário indicava que os agricultores que ficassem fora da subordinação às grandes agroindústrias, desapareceriam. Já aquelas totalmente integradas estariam destinadas ao endividamento pela exigência de capital para financiar a produção. Entretanto, as respostas dos agricultores familiares a esse contexto se contrapõem a essa lógica (MARQUES; MELLO, 2009).

Os agricultores familiares e suas organizações estão construindo estratégias de reação e adaptação ao ambiente socioeconômico. As novas iniciativas de desenvolvimento



rural são representadas pelas agroindústrias familiares, atividades de turismo rural, produção agroecológica ou de baixo uso de insumos externos, enfim, pela pluriatividade⁴, novas formas de organização social e da produção, incluindo as cadeias agroalimentares curtas (MARQUES; MELLO, 2009).

As cadeias agroalimentares curtas, representadas pelas feiras, remetem a formas de comercialização que expressam proximidade entre produtores e consumidores, não somente com relação ao aspecto espacial, mas a uma espécie de conexão que permite provocar interatividade. Possibilita também, a construção de relações de confiança em que as interações mercantis de troca sejam menos impessoais e mais enraizadas (SCABERLOT; SCHNEIDER, 2012).

É no espaço local que as relações sociais de proximidade, interconhecimento e solidariedade são acionadas para promoção de mecanismos de confiança, que reduzem riscos e custos de transação. A sociabilidade passa a considerar e valorizar a ética, a qualidade e a diferenciação dos alimentos (SCABERLOT; SCHNEIDER, 2012). A feira se coloca assim, enquanto uma alternativa encontrada para facilitar a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores, pois a venda direta ao consumidor tende a aumentar a renda do feirante. Por outro lado, o consumidor fica satisfeito com o preço destes produtos, normalmente, mais acessíveis em relação aos supermercados (SILVA, 2006).

É em meio ao contexto descrito que surgem as feiras no município de Chapecó. Estas se iniciaram em 1997, com o intuito de valorizar a agricultura familiar como meio de promover o desenvolvimento rural do município. A prefeitura municipal e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) ofereceram assistência técnica, capacitação, inspeção animal e vigilância sanitária, com o objetivo de melhorar a qualidade da produção e dos produtos (MARTINEZ, 2003).

A ideia inicial, conduzida por agricultores, mediadores, professores e técnicos do Estado, era de que todos os feirantes se convertessem para a produção agroecológica. No entanto, muitos não fizeram: alguns iniciaram e não conseguiram ou não quiseram completar a transição. O poder público, preocupado em não destituir o novo formato das feiras, que passaram a contar com novas estruturas e espaços na cidade, acabou aceitando agricultores convencionais e ecológicos, dando o nome de Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos (CARVALHO, 2010).

⁴ A pluriatividade remete àquelas unidades produtivas onde se pratica agricultura e outras atividades, dentro e fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (SCHNEIDER, 2009).



Em 2014, Chapecó contava com dez pontos de feiras⁵, sendo dois de localização central da cidade e os demais nos bairros⁶. A maioria dos locais tem infraestrutura de alvenaria, composta de área de exposição dos produtos (bancas) e banheiros de uso coletivo, mas existem algumas com bancadas de madeira e sem estrutura sanitária.

Chiarello; Orlowski; Wackulicz desenvolveram um estudo em 2008, com 29 agricultores que comercializam nas feiras de Chapecó. Mencionam em que as feiras têm um conjunto de normas e acordos entre os agricultores no que concerne à disposição, organização e orientação dos produtos quanto às variedades e quantidades de alimentos a serem produzidos e comercializados. Essas normas são importantes para fornecer produtos de qualidade, promover a capacitação e buscar alternativas de organização e planejamento da produção agropecuária.

Gazolla (2004) ressalta que as feiras de produtos coloniais estão diretamente relacionadas com a SAN, tanto dos próprios agricultores que comercializam seus produtos, quanto dos consumidores que os adquirem. Para os agricultores familiares, os benefícios advêm do fato de ser um mercado alternativo, que possibilita a venda direta ao consumidor e permite a manutenção dos gastos da família e sua produção, com a entrada semanal de dinheiro proveniente da feira.

Este mesmo autor menciona que, para os consumidores, as feiras são veículos de SAN conforme preceitos de Maluf et al. (2004), uma vez que permitem o acesso e a disponibilidade de alimentos à população, por fornecerem produtos com qualidades nutricionais superiores aos do grande varejo alimentar e por abastecer os consumidores com alimentos que estão de acordo com os hábitos de consumo (GAZOLLA, 2004).

No caso do acesso e da disponibilidade de alimentos, os princípios da SAN são efetivados pela produção familiar, que responde pelo fornecimento dos produtos às feiras, geralmente com preços mais baixos se comparado aos demais mercados. A qualidade nutricional é representada pelos alimentos mais frescos e também agroecológicos, com maior valor nutritivo. Quanto aos hábitos de consumo, eles são respeitados por fazer parte da cultura alimentar das famílias rurais e urbanas (GAZOLLA, 2004).

⁵ Chiarello, Orlowski e Wackulicz (2008) citam em seus estudos que havia 99 agricultores ligados diretamente às feiras. Porém, esse número ultrapassa 200 famílias se consideradas as que trabalham indiretamente, como, por exemplo, com transporte dos produtos e fornecimento de insumos agrícolas.
⁶ Os pontos de feiras são: Bairro Efapi, Parque das Palmeiras, São Cristóvão, Bela Vista, Cristo Rei, Presidente Médici, Santo Antônio e Expoente.



5. Características dos agricultores feirantes pesquisados no município de Chapecó/SC

Os dados referentes à pesquisa empírica indicam que os agricultores entrevistados participam de feiras em média há 7,7 anos com variação entre 4 a 15 anos. Quanto ao tempo de agricultura, existem aqueles que desenvolveram esta função ao longo da vida e os que iniciaram há pouco mais de 5 anos. Com relação à idade, os que participam na feira são adultos e idosos. Do total, 29% têm idade entre 40 e 50 anos; 57%, entre 50 e 60 anos; e 14% são idosos com idade superior a 60 anos.

Em comparação com estudos realizados no município, em 2008, por Chiarello, Orłowski e Wackulicz (2008), com 29 feirantes, foi constatado que entre os agricultores familiares 45% apresentavam idade entre 39 e 48 anos e 28% tinham entre 49 e 58 anos. Aquela pesquisa já salientava a pequena participação de jovens e idosos na atividade, o que se acentua na pesquisa ora realizada.

As famílias são compostas em média por 3 pessoas com uma constituição básica de marido, mulher e filhos, sendo que 86% têm filhos que moram junto com os pais em razão da dependência característica da idade (0-21 anos) ou da idade avançada dos pais, que se tornaram dependentes da companhia dos filhos. A média de filhos é de 1,3 por família, sendo que 14% não têm filhos morando junto aos pais. Os demais têm entre 1 e 2 filhos. Com relação aos trabalhos desenvolvidos pelos membros da família, a maioria, 57%, tem 3 pessoas trabalhando com a horta, pomar ou produção de alimentos beneficiados para a comercialização na feira.

Em 2008, o estudo apontou que a grande maioria, ou seja, 69%, tinha de 2 a 3 filhos e 69% tinham filhos em casa, morando junto com os pais, o que era explicado, em parte, por serem filhos com idade entre 0 e 21 anos. Quanto aos membros da família que trabalhavam na propriedade, cerca de 55% das propriedades possuíam de 1 a 3 pessoas que trabalhavam no estabelecimento, enquanto 38% tinham de 4 a 6 pessoas e 7%, apresentavam 7 pessoas ou mais (CHIARELLO, ORŁOWSKI, WACKULICZ, 2008). O pequeno número de pessoas trabalhando nas propriedades se manteve ao longo do período e a dificuldade em manter as atividades devido à escassa mão de obra será analisada mais adiante.

Entre as famílias pesquisadas, a pluriatividade é uma característica marcante. Segundo os dados coletados, a renda familiar provém da comercialização das feiras, trabalho assalariado, aluguel, pecuária e beneficiamento de alimentos pela agroindústria familiar, apresentando rendimento médio anual de R\$ 22.280,57. O censo agropecuário de



2006 apontava que a renda média anual nas propriedades rurais perfazia um total de R\$ 13.600,00 correspondendo a 39 salários mínimos vigentes (R\$ 350,00) (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009). A presente pesquisa indicou uma média anual por família de R\$ 22.280,57, correspondendo a 31 salários (R\$ 724,00). Nota-se que mesmo que o valor bruto tenha aumentado relacionado com o salário mínimo padrão, houve diminuição do rendimento, levando em consideração as correções inflacionárias de reajuste.

No presente estudo, identificou-se que a maior contribuição na composição da renda é proveniente das atividades agropecuárias relacionadas à comercialização nas feiras de produtos coloniais e mercados institucionais, correspondendo entre 58% e 100% dos rendimentos das famílias. Destaca-se que, para 43% das famílias, a feira é a única forma de recurso financeiro. Em 2008, este valor correspondia a 21% dos estabelecimentos que apresentavam entre 91 e 100% da renda oriunda da feira (CHIARELLO; ORLOWSKI; WACKULICZ, 2008). Assim, pode-se dizer que houve aumento no número de famílias que se especializaram na produção, visando atender à demanda das feiras.

6. Importância dos alimentos autoconsumidos pelos agricultores familiares feirantes

Na pesquisa realizada, alguns feirantes mencionaram que começaram a produzir hortaliças, verduras e tubérculos para consumo da família e depois vislumbraram na feira uma alternativa de comercializar o excedente e, com isso, gerar renda. A feira também permitiu que a família continuasse a plantar e produzir o que mais gosta, respeitando as características das famílias e da propriedade. Outros, porém, modificaram totalmente sua produção devido às feiras. Este é o caso de famílias que deixaram a criação integrada de aves para investir em hortas. Estas famílias justificam a ação, afirmando que as atividades nos aviários são intensas e o retorno financeiro é baixo. Além disso, consideram seu trabalho explorado pelas empresas de integração. O relato a seguir deixa evidente esta situação:

Quando eu trabalhava no aviário, era muito explorada. A empresa sempre estava fazendo exigências, sempre precisava investir dinheiro. Era muita exploração, trabalhava muito e o retorno era baixo (Entrevista 05, L. 46 anos. Agricultor familiar).

Esta situação encontrada vai de encontro a algumas discussões levantadas por Anjos, Caldas e Hirai (2008), quando afirmam que a modernização da agricultura eliminou muitas unidades familiares que se mostravam incapazes de incorporar as inovações tecnológicas e o novo modelo de produção. Assim, as famílias que conseguiram sobreviver foram conduzidas à especialização, dependendo de uma única atividade produtiva,



sacrificando a produção destinada ao autoconsumo. A pesquisa indicou um rompimento deste ciclo de especialização para um movimento de pluriatividade, permitindo com isso melhorar e/ou retornar às práticas de autoconsumo de alimentos variados.

O autoconsumo é uma prática que ocorre em todas as famílias pesquisadas, sendo considerada importante para sua manutenção na agricultura. Entre os motivos citados para o autoconsumo dos alimentos, as respostas foram agrupadas em cinco categorias, seguindo a análise de conteúdo. Questões relacionadas à garantia da origem dos alimentos foram as mais citadas, correspondendo a 36% do total. A não utilização de agrotóxico também foi levantada como um dos motivos que levam ao autoconsumo, com frequência de 21%. As demais respostas se relacionaram à garantia de acesso regular e permanente aos alimentos, aspectos relacionados com as características organolépticas (frescor) e os benefícios relacionados à saúde, cada categoria correspondendo a 14%. O relato a seguir, evidencia a preferência da família pelos alimentos produzidos na própria horta.

Os produtos da horta são mais naturais. Nós plantamos sem “veneno” nenhum. Até as crianças começaram a consumir mais verduras e legumes, o sabor é melhor (Entrevista 02. I. 44 anos. Agricultora familiar, mãe de dois filhos).

Gazolla (2004) afirma que a produção para o autoconsumo é responsável pela geração da autonomia produtiva do agricultor familiar, frente ao contexto social e econômico, principalmente pelo princípio da alternatividade produtiva, ou seja, consumo e comercialização. Além disso, o autoconsumo contempla aspectos de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, sustentáveis, em quantidade suficiente, respeitando os hábitos alimentares. Desta forma, pode-se afirmar que os agricultores pesquisados estão em SAN, levando em consideração suas principais dimensões.

A prática do autoconsumo sob o aspecto econômico é vantajosa, permitindo que o recurso financeiro destinado à aquisição de alimentos possa ser investido em outras necessidades. A seguir serão detalhados os valores monetários correspondentes a produção de alimentos de origem animal e vegetal, para melhor compreensão. Os valores foram agrupados em produção destinado ao autoconsumo dos membros familiares, alimentos destinados a criação de animais e aqueles utilizados para comercialização.

Os produtos de origem vegetal, incluindo os alimentos para consumo da família e os vegetais, como a mandioca e o milho, destinados à criação de animais, perfazem uma média mensal (bruta) de rendimento de R\$ 451,60 por família (não somando a este valor o recurso proveniente da comercialização). A criação de animais garante à família produtos como leite, ovos e carne, tornando-se uma forma de rendimento e uma economia monetária,



ou seja, ao fornecer alimentos naturais aos animais, deixa-se de gastar com a compra de ração, por exemplo.

Os produtos vegetais destinados ao consumo da família, exceto a alimentação dos animais, totalizaram uma média mensal bruta por família de R\$ 143,27. Os vegetais comercializados totalizaram um rendimento bruto de R\$ 2.357,86 (média mensal bruta). Trata-se de uma alternativa viável de economia monetária, em que o dinheiro empregado para a aquisição destes gêneros alimentícios pode ser utilizado em outras necessidades da família.

Os produtos de origem animal destinados à comercialização apresentam rendimento médio mensal de R\$ 412,86 por família pesquisada, tendo em vista que a região é referência na produção e comércio de suínos e aves e que os feirantes desenvolvem atividades paralelas a fim de aumentar sua rentabilidade. Os animais destinados para autoconsumo familiar mencionados pelos feirantes foram galinhas caipiras, bovinos e suínos, gerando uma economia monetária bruta na ordem de R\$ 1.671,43/ano por família.

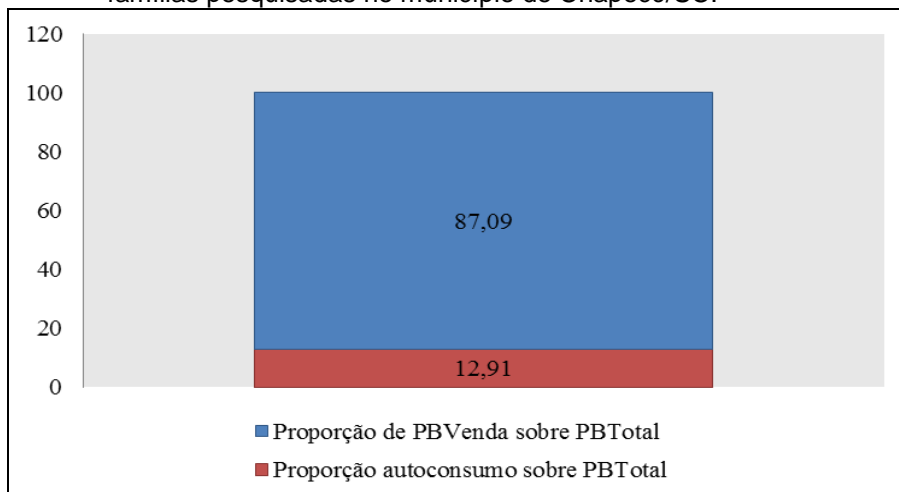
Entre os feirantes pesquisados, o único alimento comercializado que passa por processamento foi o salame, produzido para comercialização e autoconsumo. Devido ao seu valor agregado e especialização nesta produção, o produto rendeu ao agricultor R\$ 5.940,00⁷ por ano e o autoconsumo correspondeu a R\$ 216,00 por ano. Ou seja, se o agricultor comprasse esse produto no mercado formal, considerando o mesmo preço que vende na feira, teria gasto R\$ 216,00 no consumo de salame.

A produção para autoconsumo assume um montante significativo quando se estima esta produção em relação ao Produto Bruto Total (PBT). No Alto Uruguai, o Produto Bruto (PB) de autoconsumo assume um montante, em média, de 15% do PBT. Ou seja, quase 15% de tudo o que é produzido nas unidades é destinado ao autoprovisionamento. Isso indica sua importância para a reprodução social e alimentar das famílias. Estudos de Buainain; Romeiro e Guanzioli (2003) apontam que em torno de 20% do que é produzido pela agricultura familiar é utilizado no próprio estabelecimento como forma de atender as necessidades familiares. O Gráfico 1 mostra que, embora sejam pesquisas diferentes, as proporções de autoconsumo se assemelham.

⁷ Resultado da multiplicação entre a comercialização anual total pelo preço médio mensal de venda.



Gráfico 1: Proporção do Produto Bruto de autoconsumo e de venda sobre o Produto Bruto Total nas famílias pesquisadas no município de Chapecó/SC.



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

O rendimento total médio mensal do autoconsumo de alimentos de origem vegetal e animal é de R\$ 874,46⁸ e o rendimento médio anual é de R\$ 10.493,52. Como a média de pessoas por família é de 3,42 membros, assim, conclui-se que o autoconsumo médio mensal *per capita* está em R\$ 255,70. Ao considerar o salário mínimo federal vigente no período, de R\$ 724,00, observa-se que a família tem um autoconsumo médio mensal correspondente a 1,2 salários mínimo.

Além dos benefícios financeiros, o autoconsumo permite que a família tenha uma alimentação saudável, seguindo as recomendações do novo Guia Alimentar da População Brasileira (2014), que descreve que, para compor uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de sistemas alimentares social e ambientalmente sustentáveis, ela deve ter por base uma grande variedade de alimentos *in natura* ou minimamente processados, predominantemente de origem vegetal, e nas preparações culinárias feitas com esses alimentos (BRASIL, 2014).

As frutas, legumes e verduras, como parte da alimentação diária, podem ajudar a prevenir as principais doenças crônicas não transmissíveis. Ao consumir uma variedade de alimentos de origem vegetal, garante-se uma adequada ingestão de micronutrientes e fibras alimentares. Legumes e verduras orgânicos de base agroecológica são particularmente saborosos, além de protegerem o meio ambiente e a saúde (BRASIL, 2014).

Ao analisar o autoconsumo das famílias pesquisadas, do ponto de vista nutricional, podemos dizer que elas estão dentro dos parâmetros de SAN, ao considerarmos os

⁸ Animal, de R\$ 412,86 e vegetal, de R\$ 461,60.



aspectos de acesso regular e permanente a alimentos frescos, variados, normalmente consumidos em períodos de safra e, em muitos casos, produzidos de forma agroecológica.

A Tabela 1 evidencia a variedade dos alimentos, principalmente de origem vegetal. Segundo o Guia Alimentar (2014), a alimentação deve ser variada, ou seja, composta de todos os grupos alimentares como grãos, raízes, tubérculos, farinhas, legumes, verduras, frutas, castanhas, leite, ovos e carnes e variedade dentro de cada tipo como feijão, arroz, milho, batata, mandioca, tomate, abóbora, laranja, banana, frango, peixe, pois cada alimento tem uma quantidade específica de nutrientes que, em conjunto, suprem as necessidades nutricionais diárias. Desta forma, podemos dizer que as famílias estão dentro dos parâmetros da segurança alimentar e nutricional do ponto de vista nutricional.

Tabela 1 - Alimentos produzidos pelos agricultores pesquisados das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó-SC, entre dezembro de 2013 a 2014.

Alimentos de origem vegetal	Quantidade total produzida/ano⁹	Quantidade total de autoconsumo familiar/ano¹⁰
Batata – doce	6200 Kg	750 Kg
Feijão	1840 Kg	140 Kg
Mandioca	17800 Kg	1950 Kg
Milho	10000 Kg	200 Kg
Alface	34000 unidades	1912 unidades
Beterraba	7400 Kg	256 Kg
Cenoura	4400 Kg	232 Kg
Couve	3600 unidades	68 unidades
Salsa	2550 maços	96 maços
Repolho	22700 unidades	16 unidades
Tomate	6000 Kg	360 Kg
Radiche	1800 maços	96 maços
Rúcula	6100 maços	336 maços
Couve-flor	1280 unidades	52 unidades
Pimentão	1240 Kg	98 Kg
Brócolis	3750 unidades	60 unidades
Cebolinha	2480 maço	52 maço
Pepino	3000 Kg	100 Kg
Alimentos de origem animal	Quantidade total produzida	Quantidade total de autoconsumo familiar/ano
Carne bovina	1000 Kg	1000 Kg
Frango caipira	180 Kg	180 Kg
Carne suína	12000 Kg	100 Kg
Salame	360 Kg	30 Kg
Leite	8000 litros	730 litros
Ovos	300 bandejas	25 bandejas

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

⁹ As quantidades correspondem ao total de produção, ou seja, se trata do total de alimentos produzidos para autoconsumo, comercialização e para alimentação de animais.

¹⁰ Autoconsumo da família exclui a alimentação fornecida aos animais.

Outra informação importante para análise são os alimentos destinados somente para o autoconsumo familiar, caso da carne bovina e das galinhas caipiras. A comercialização de alimentos de origem animal requer atender a um conjunto de normas de inspeção e fiscalização, assim, muitas vezes, terminando por inviabilizar a comercialização destes produtos. Porém, existem casos que a família opta por destinar esses alimentos para o seu consumo, justamente pela garantia da qualidade e da procedência.

As carnes principalmente as de frango que compra no mercado é diferente das galinhas que a gente cria. Os frangos de aviário ficam prontos para entregar em 40 dias no máximo. Os que criamos soltos demoram muito mais, não usamos remédios e ração como dos aviários (Entrevista 05, L. 46 anos. Agricultor familiar).

Além disso, podemos afirmar que as famílias também estão em SAN do ponto de vista do respeito aos hábitos alimentares. Os agricultores mantiveram suas culturas alimentares produzindo alimentos com os quais gostam de “lidar”, devido às heranças familiares, caso de uma feirante. Esta feirante afirmou que a família sempre teve horta e se sente incomodada quando não tem determinado alimento disponível para colher. A produção de salame também chama atenção por se tratar de um alimento com características da cultura italiana. Um agricultor menciona que trabalha sozinho na produção e que seria necessária ajuda de mais pessoas para fazer o trabalho adequadamente, mas ressalta como gosta da atividade e não tem intenção de parar.

Levando em consideração os processos de modernização da agricultura e o consequente aumento da produção de *commodities*, com maior valor de mercado, em detrimento da produção diversificada e para autoconsumo, que não gera uma renda monetária perceptível aos agricultores, foi questionado se a demanda da feira poderia interferir nas práticas de autoconsumo das famílias. Observou-se que segundo 57% dos entrevistados não ocorre esta interferência. As características de produção são mantidas e não há plantio de novos alimentos. Em outros casos, os agricultores tentam produzir para o fornecimento na feira, e estes produtos acabam sendo destinados também ao autoconsumo, desde que se trate de alimentos que façam parte dos hábitos alimentares e culturais da família. Desta forma, não se pode considerar essa influência negativa.

O autoconsumo é uma prática comum entre os agricultores familiares. É uma forma de consumir alimentos com garantia de procedência e também de economia financeira ao possibilitar o acesso a outros consumos com o dinheiro que deixa de ser gasto com a aquisição de alimentos. O autoconsumo também permitiu aos agricultores geração de renda com o excedente dessa produção e sua comercialização nas feiras.



7. As feiras de produtos coloniais como ferramenta da SAN

As feiras de produtos coloniais, como dito anteriormente, são estratégias importantes para a SAN da sociedade como um todo, fazendo com que os agricultores tenham uma renda financeira periódica e constante, de acordo com a frequência de comercialização na feira. Já os moradores das cidades acabam tendo acesso a alimentos de qualidade, que respeitam a cultura alimentar e a produção local. As feiras também são espaços de interação social, troca de conhecimentos e experiências.

Os principais motivos que levaram os agricultores a comercializar seus produtos nas feiras foram agrupados em seis categorias. Renda maior e garantia de recebimento do dinheiro no momento da venda foram os fatores mais citados, correspondendo a 33% dos entrevistados. Em segundo lugar, representando 25%, foi mencionada a questão da venda direta ao consumidor, sem a necessidade de atravessadores, o que influi também na maior rentabilidade. Os demais motivos mencionados estão relacionados com a possibilidade de interagir semanalmente com um grupo diferente de pessoas, o que representou 17%, além de elementos que se vinculam a questões pessoais de saúde, possibilidade de ter uma alimentação mais saudável e uma destinação econômica para uma produção preexistente.

Entre os motivos citados, foi observado que a comercialização de diferentes alimentos na feira é uma estratégia das famílias para ter uma alimentação mais variada, com inclusão de alimentos *in natura*. Nesse sentido, observamos que 57% dos pesquisados afirmaram que a comercialização de alimentos na feira modificou os hábitos alimentares da família, uma vez que aumentou o consumo de verduras e hortaliças. Isso se deveu ao acesso mais facilitado a estes produtos e/ou ao frescor característico destes alimentos. Os que responderam que a alimentação não mudou pós-comercialização na feira têm uma característica em comum, sempre trabalharam com estes produtos ou tiveram modificação com a criação da horta, criada anteriormente à venda na feira.

Outrossim, importa destacar que os alimentos disponíveis na propriedade para autoconsumo e comercialização são os mesmos, ou seja, os alimentos que a família consome são os mesmos que são comercializados. Entre os alimentos citados no grupo dos vegetais que são comercializados e consumidos estão: batata-doce, feijão, mandioca, alface, beterraba, cenoura, couve, salsa, repolho, tomate, radiche, rúcula, couve-flor, pimentão, brócolos, cebolinha e pepino. Do grupo dos alimentos de origem animal, alguns produtores criam bovinos, suínos e/ou aves. Observa-se que há grande variedade de alimentos de origem vegetal, no entanto, isso não ocorre com os de origem animal, tendo

em vista que as propriedades acabam por se especializar na criação de poucas espécies, prática comum na região.

Para produzir essa diversidade de alimentos, os agricultores enfrentam algumas dificuldades relacionadas à falta de mão de obra, citada por 33% dos entrevistados. A mesma prevalência foi citada para os problemas relacionados a situações climáticas, como a seca, recorrente na região. Já 17% dos entrevistados mencionaram que não têm assistência técnica governamental para a produção. Entre outros problemas, foram citados a falta de tempo para se dedicar à produção e a falta de qualidade dos insumos e sementes, correspondendo a 17%.

8. Considerações Finais

A produção para autoconsumo é uma realidade presente entre todos os agricultores pesquisados, que, embora almejem renda com a produção e comercialização de alimentos, ainda priorizam o consumo da família, por considerarem seus produtos de melhor qualidade. O trabalho procurou demonstrar que as feiras de produtos coloniais e agroecológicos e a prática de autoconsumo são desenvolvidas concomitantemente pelas famílias de agricultores, e devem ser estimuladas, pois são estratégias que garantem a SAN.

As famílias pesquisadas estão dentro dos padrões preconizados pela SAN, levando em consideração as diretrizes de qualidade dos alimentos, ao consumir alimentos livres de agrotóxicos, de procedência conhecida e com respeito ao ciclo de produção, o que favorece sua qualidade nutricional. Ao analisar o aspecto de acessibilidade e quantidade, fica evidente que as famílias têm acesso fácil aos alimentos que produzem. Mesmo em se tratando de produtos de comercialização, as famílias optam, inicialmente, por suprir as necessidades de consumo e, posteriormente, de venda. Além disso, a quantidade comercializada, muitas vezes, é o excedente, não interferindo no autoconsumo.

Os alimentos destinados à feira e ao autoconsumo são os mesmos, não havendo produtos específicos para somente uma finalidade. Ou seja, o que é comercializado é consumido e vice-versa. Ademais, em alguns casos, a implantação da horta e a participação da feira ocasionaram algumas mudanças nos hábitos alimentares, como a inclusão de mais verduras e hortaliças, o que é um ponto positivo por se tratar de alimentos de alto valor nutricional.

Este trabalho destaca a importância das feiras de produtos coloniais e agroecológicos para a manutenção da produção para o autoconsumo dos agricultores contribuindo, conseqüentemente, também para a SAN destas famílias e dos consumidores

das feiras. Este resultado serve de alerta para que os responsáveis pelo planejamento e os formuladores de políticas públicas atentem que as feiras são importantes canais de abastecimento, que trazem benefícios para agricultores e consumidores. Portanto, são mecanismos importantes de fortalecimento da SAN, que vão além dos aspectos financeiros, passando pelo fortalecimento de questões nutricionais, culturais e de autoconsumo.

Para fortalecer ainda mais essas feiras, o poder público necessita atentar para as dificuldades levantadas pelos agricultores, como a falta de assistência técnica e de estrutura física. Políticas públicas eficientes, voltadas a esse público, possibilitaria o aumento e/ou diversificação da produção, assim os consumidores seriam beneficiados, pois se supõe que haveria maior consumo de alimentos da agricultura familiar pela sociedade em geral. Então, as políticas devem ser pensadas em conjunto, fortalecendo esse mecanismo promotor de SAN, qual seja, as feiras de produtos coloniais e agroecológicos.

Referências

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádya Vedella; HIRAI, Wanda Griep. **Mercantilização da agricultura e insegurança alimentar no sul do Brasil**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Pelotas - RS, 2008.

ANJOS, Flávio Sacco dos; et al. **Abrindo a caixa-verde**: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/07O066.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

ANTUNES, Dinamares Aparecida; MUTERLLE, Júlia Carla; CUNHA, Luiz Alexandre Golçalves. **A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar**. Curitiba: IX Jornada do trabalho, 2011.

BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; Ministério das Relações Exteriores. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Brasília: IPEA, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, 2003.

CARVALHO, Cynthia Xavier de et al. **Inovações técnico-produtivas, dispositivos coletivos e desenvolvimento rural**: a agroecologia no oeste de Santa Catarina e no agreste da Paraíba. 48º Congresso Sober-Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. 2010.

CHIARELLO; Maralucia; ORLOWSKI, Rosemari Fátima; WACKULICZ; Gilmar Jorge. **Feiras livres**: uma alternativa de geração de renda aos agricultores familiares de Chapecó (SC) 2008. Disponível em:



http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sesoes_tematicas/Regional/Artigo15.pdf. Acesso em 15 nov. 2015.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Cadeias agroalimentares curtas**: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina / Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GAZOLLA, Márcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: v15, p.89-122, 2007.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. "Produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalim**, Mérida, v. 16, n. 31, jul. 2010

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. 2008, vol.46, n.2, pp. 481-515.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 21(1):417-421, 2014. 417.

LOCATELLI, Débora Regina Schneider. **Avaliação da qualidade da feira de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó**-Centro 1 por parte dos consumidores. (Dissertação de mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, 2009.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, Vozes, 2007.

MALUF, Renato. S., MENEZES, Francisco. 2000. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MARQUES; Flávia Charão; MELLO; Márcio Antônio. **Produção de novidades**: “desvios” da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. Sociedade Brasileira e Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre; 2009.

MARTINEZ, Ernesto Álvaro. Feiras de produtos coloniais e agroecológicos. In **Segurança alimentar e nutricional**: a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010.

REDE AGRISUSTENTÁVEL. **A Produção e consumo de orgânicos aumenta e cresce no Brasil**, 2008. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/san/mercadom.html>. Acesso em: 10 mar. 2015.

REIS, Edna Afonso; REIS Ilka Afonso. **Análise descritiva de dados: síntese numérica.** Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas. Departamento de Estatística. Relatório Técnico: 2002.

RIBEIRO, Darcy. **A formação e o sentido do Brasil.** Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. **Unimontes Científica.** Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/sc. **Revista faz ciência.** Unioste. Vol. 14, n 19-jan/jun 2012. Pp.101-130.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e pluriatividade. In: **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.79-116

SILVA, Nilcéia de Jesus Alves da. **A produção hortigranjeira no município de Maringá.** Dissertação de Mestrado. Mestrado de Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: 2006.